

# **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**REALIZADA ONLINE EM 15 DE JANEIRO DE 2025 – 16h às 18h**

## **1. ABERTURA**

Verificado o quórum da reunião, confirmando a presença dos seguintes membros:

**SEMIL:** Secretária Natália Resende, Carina Dolabella Pereira (AMCRI) e Marina Balestero dos Santos (CPLA)

**Secretaria de Agricultura e Abastecimento:** Alberto Pereira Gomes Amorim

**Secretaria da Fazenda e Planejamento:** Ana Flávia Oliveira

**Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação:** Eduardo Trani e Maria Claudia Pereira de Souza (CDHU)

**Casa Civil:** Mauro Benedito de Santana

**Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação:** Edmilson Freitas

**Secretaria dos Transportes Metropolitanos:** Marcos Correia Lopes (EMTU)

E convidados:

**Defesa Civil:** Claudia Bemi, Michele César e Henguel Ricardo Pereira

**Secretaria da Saúde:** Luiz Sérgio Ozório Valentim e Vitória Souza

**SEMIL - Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB):** André Rocha e Rafael Frigerio

**CETESB:** Liv Nakashima Costa e Danielle Coimbra Moreira

## **2. INFORMES**

A coordenação ressaltou o trabalho diferenciado do Estado de São Paulo, no contexto das perspectivas do lançamento do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CEMC) em 22 de janeiro e a realização da COP 30 em Belém em novembro, destacando as revisões do PAC e do PEARC.

A coordenação a informou que os convites para todas as reuniões do CGPEMC ao longo de 2025 foram enviados aos membros, e estabelecidas às segundas segundas-feiras de cada mês, em formato híbrido, com possibilidade de remanejamento em caso de necessidade. Também abordou os preparativos da Comissão da 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente, a instalação da Comissão Organizadora Estadual- COE, com representantes das pastas presentes a ser realizada no mês de março e o cronograma do Finaclima, que está em fase final de estruturação, em processo de avaliação das propostas das entidades interessadas na função de gestora.

Validada a ata da reunião anterior.

## **3. PLANEJAMENTO DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS | CEMC**

A coordenação deu início à pauta sobre o planejamento da instalação do CEMC, reiterando o envio de e-mail solicitando que as pastas informem se há entregas programadas para este mês, relacionadas à área de mudanças climáticas. Informou, nesse âmbito, que acontecerá a Assinatura de decreto de nomeação dos representantes do CEMC e a alteração no decreto da PEMC, com a inclusão da Defesa Civil e Secretaria da Saúde no Comitê Gestor.

Além disso, estão previstas entregas da EMAE, o Projeto de Recuperação Florestal e Corredores Ecológicos como marco para o centenário da Billings, o projeto de Plantio no Rio Pinheiros: “Fortalecendo Corredores Ecológicos, Suporte à Avifauna e Qualidade de Vida e da Água na Cidade de São Paulo”, os lançamentos de edital de chamamento para Coleta de Sementes em Unidades de Conservação e do catálogo de sementes de áreas de preservação.

Informou acerca das reuniões preparatórias à instalação de CEMC com todos os membros em 18/12/24, conduzidas pela Casa Civil e SEMIL. O objetivo foi explicar o papel do CEMC e o papel específico de cada grupo de representantes, além de alinhar expectativas e a dinâmica da instalação do CEMC. Na ocasião também foi realizada a apresentação do PEARC.

Informada a pauta da 1ª reunião Ordinária do CEMC, prevista para fevereiro/2025: formalização da posse de conselheiros; definição do calendário de reuniões e sugestões de pauta, deliberação do Regimento Interno.

A Casa Civil reforçou a necessidade da observação do calendário de entregas das pastas este ano, enfatizando a instalação do CEMC, órgão tripartite que terá a missão de mostrar à sociedade o trabalho inovador realizado pelo governo do Estado na área de mudanças climáticas.

#### **4. PROTOCOLO INTERSECRETARIAL DE ATUAÇÃO EM DESASTRES | DEFESA CIVIL**

A Defesa Civil apresentou o Protocolo Intersecretarial de Respostas em Desastres, elaborado com base no Decreto 64.592/2019, que reorganiza a política e o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e articula o trabalho de algumas secretarias, entre elas as de Segurança Pública, SEMIL, Saúde, Educação, Justiça e Desenvolvimento Social. A Defesa Civil destacou que um tipo de procedimento operacional padrão deve ser desenvolvido de forma organizada por cada pasta, para que atue em diversos tipos de desastres em conjunto com as demais, com os respectivos instrumentos.

Foram exemplificadas situações de incêndio, enchentes, ondas de frio e calor. Ressaltou-se a relevância do trabalho preventivo de cada Secretaria em relação aos desastres, identificando e mapeando dados populacionais de vulnerabilidade, como, por exemplo, o número de pessoas com deficiência e idosos de cada município, a autonomia dos geradores de energia dos hospitais e fontes de combustíveis, além de planos de emergência, contingência, gerenciamento de riscos e treinamentos.

Foram explicitados, também, a metodologia do Protocolo, suas ferramentas, status e cronograma. A Secretária Natália Resende reforçou a necessidade de um fluxograma para atuação conjunta das Secretarias, lembrando recentes casos de apagões que atingiram a capital e que colocaram em alto risco o fornecimento de combustível e energia para o Hospital Dante Pazzanese.

A Defesa Civil informou que está realizando o mapeamento de todos os municípios do Estado para concluir o Protocolo e elaborar o respectivo fluxograma para atuação conjunta em desastres e imediato acionamento das Secretarias.

A Defesa Civil explicou que o gabinete de crise com a Defesa Civil já está em atuação em urgências quando instituído, com a definição de pontos focais, desde o início do governo. Mencionou os casos de Peruíbe, queda de avião em Vinhedo, incêndios, entre outras situações. Atualmente, os grupos de acionamento das pastas estão ativos por whatsapp, afirmou. Sublinhou a publicação do decreto de criação do Centro Paulista de Meteorologia (Decreto nº 69.177, de 18/12/2024) para que especialistas de outras Secretarias façam parte e as informações cheguem mais rápido. Destacou também que é preciso melhorar a rede de radares.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento afirmou que dispõe de um mapeamento extenso, elaborado além do Cadastro Ambiental Rural, contemplando o deslocamento das vias de acesso, em nível rural, sendo identificadas todas as porteiras das propriedades rurais por Plus Code, dentro do sistema rotas rurais. A base de dados pode ser compartilhada com todas as Secretarias, vedada a veiculação de dados sensíveis.

Os protocolos de adesão à base da SAA são simples e as informações podem ser utilizadas para entender o deslocamento entre as áreas rurais em ocorrências de incêndio, por exemplo. Podem ser incluídas escolas, ginásios, cooperativas e todos os demais equipamentos necessários para dar apoio em situações de desastres. É possível cruzar informações sobre os tipos de vegetação; pastagem, cana de açúcar, e incluir dados de vento e calor obtidos por meio de satélites, identificando áreas de maior suscetibilidade a ocorrências.

A Secretária Natália Resende endereçou à Defesa Civil o pedido para centralizar solicitações imediatas a cada pasta, para que todas forneçam dados relativos ao mapeamento de riscos no Estado, com o objetivo de otimizar recursos e esforços.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação se manifestou favoravelmente à disponibilização imediata das próprias ferramentas e instrumentos para a Defesa Civil, para agilizar a conclusão do Protocolo Intersecretarial de Respostas em Desastres, mencionando sistema de alertas e recente parceria em Várzea Paulista e Jundiaí, por meio de escritórios regionais.

## **5. AÇÕES RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - PPA | SECRETARIA DA FAZENDA**

A Secretaria da Fazenda e Planejamento apresentou o status do levantamento sobre as ações das Secretarias relacionadas às ações climáticas para integração ao PPA. Nesse primeiro momento, a meta é identificar e sinalizar essas ações orçamentárias, sub-ações e produtos relacionados às mudanças climáticas. No caso da SEMIL, foram identificadas ações previstas no PEARC, preliminarmente, de acordo com planilhas fornecidas que estão dentro da estrutura do PPA.

Possivelmente será necessário fazer uma apuração junto aos técnicos responsáveis pelos programas e produtos dentro de cada Secretaria, para verificar possibilidades de melhorias. A SEFAZ entrará em contato com cada Secretaria para agendar reuniões online e obter informações técnicas, acrescentando que primeiramente os contatos serão finalizados com a SEMIL, em seguida SAA e SDUH.

A Defesa Civil questionou a SEFAZ sobre a viabilidade de ações orçamentárias em ocorrências emergenciais de desastres nos períodos de verão, quando é necessário solicitar créditos

suplementares, e a SEFAZ se comprometeu a averiguar meios de agilização dos trâmites para liberação.

#### **6. APRESENTAÇÃO DO STATUS DO PEARC E DA REVISÃO DO PAC | SEMIL**

A CPLA explanou o status do PEARC, destacando que a consulta pública do PEARC foi encerrada em 20 de dezembro, com 14 reuniões e 4 rodadas de conversas no Pontal do Paranapanema, Ribeirão Preto, São Vicente e Jardim Pantanal (zona leste de São Paulo), além de quantitativos e resultados esperados dentro do cronograma do plano, previsto para o final do primeiro trimestre de 2025. Respeitando o tempo da reunião, a coordenação definiu os encaminhamentos para o próximo encontro e concluiu a terceira reunião ordinária do Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas.

#### **7. ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓXIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA - 10/02):**

- Apresentação da revisão do PAC | SEMIL;
- 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente;
- 1ª versão do Plano de Ação para a COP30.